



# Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

---

## MEMÓRIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 23 de junho de 2015

Horário: 10h00 às 12h00.

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF.

### 1. ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Eduardo Braga, fez a abertura da 30ª Reunião Ordinária. Inicialmente foi aprovada, pelos membros do Conselho, a Memória da 29ª Reunião Ordinária. Em seguida, passou-se ao exame dos assuntos da pauta.

### 2. POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Altino Ventura, apresentou a projeção para a matriz energética, destacando as previsões de demanda e oferta de energia, bem como da expansão do emprego das principais fontes.

Informou que, no período de 2013 a 2050, o consumo final de energia crescerá cerca de 2,3 vezes, com aumento médio de 2,2% ao ano, alcançando 605 milhões de toneladas equivalentes de petróleo. O consumo de eletricidade triplicará no mesmo período, com aumento médio de 3,2% ao ano, passando de 516,3 TWh em 2013, para 1.624 TWh em 2050. Observou, ainda, que a participação da eletricidade no consumo final de energia passará de 16,6% em 2013, para 23,1% em 2050, afirmando que a matriz permanecerá, predominantemente, limpa e renovável.

Por último, informou que no Brasil existe um potencial de geração hidráulica de 260 mil MW e que, de acordo com o Plano Nacional de Energia 2030, deste montante, 180 mil são aproveitáveis, mas que atualmente o valor considerado é de cerca de 150 mil MW, em função do cenário energético e ambiental futuro.

A Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, fez comentários sobre o cenário de planejamento energético apresentado, ressaltando que é preciso maior interlocução política, antes de adentrar, especificamente, no licenciamento de empreendimentos. Citou que as questões sociais têm relevância no processo e lembrou que, nos últimos tempos, grupos sociais têm participado ativamente na viabilização socioambiental de projetos, principalmente hidrelétricas. Disse ainda que a necessidade, apontada pelo Secretário Altino, de ampliação da termoeletricidade na matriz, vai de encontro às discussões do momento sobre a emissão de CO<sub>2</sub>.

O Presidente do Conselho, Ministro Eduardo Braga, informou que o Ministério de Minas e Energia tem dialogado com todos os agentes e grupos sociais. Disse que, apesar das adversidades, em 2023 teremos uma matriz de energia elétrica composta por 8% de empreendimentos eólicos, 69% hidráulicos e 8,1% de biomassa.

O Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Hermes Chipp, apresentou as condições de atendimento ao Sistema Interligado Nacional – SIN, considerando a operação eletroenergética em 2015 e as condições de atendimento para o período 2016 a 2019.

Informou que o valor da carga prevista para o Planejamento Anual da Operação Energética – PEN, no período de janeiro a junho, foi de 2% enquanto a variação verificada, para o mesmo período, foi de -0,7%. Observou, ainda, que a Matriz de Energia

Elétrica 2014 - 2019 terá um acréscimo de capacidade de 38.860 MW, passando de 129.368 MW, em 2014, para 168.228 MW, em 2019, um aumento de 30%. Para este período, os riscos de déficit para os sistemas Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste estão rigorosamente dentro dos limites estabelecidos pelo CNPE.

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Marco Antonio Martins Almeida, apresentou as condições de abastecimento ao mercado brasileiro de petróleo, gás natural, derivados e biocombustíveis para o período de 2015 a 2018.

Informou que as reservas de petróleo, em 2014, alcançaram a marca de 16,18 bilhões de barris e as de gás natural 471,15 bilhões de metros cúbicos. Salientou que a produção nacional média diária de petróleo e LGN, em março de 2015, foi de 2,503 milhões de barris e destacou que o Brasil, em 2015, retomou a autossuficiência em produção de petróleo, produzindo volume superior à demanda nacional por derivados de petróleo.

Fazendo referência a produção nacional de combustíveis derivados de petróleo, em 2015, destacou o mercado do “Ciclo Otto” que cresceu 2,2% no primeiro quadrimestre e que o Diesel S10, combustível com menor teor de enxofre, já alcança 24,7% do mercado brasileiro no acumulado do quadrimestre. Em relação ao mercado de etanol e biodiesel, o Secretário informou que a safra 2015 - 2016 de etanol deve alcançar o volume recorde de 30,5 bilhões de litros. Quanto ao Biodiesel serão produzidos 96,1 milhões de toneladas, com crescimento de 10% em comparação a 2014. Ressaltou, ainda, que somos o segundo maior produtor de biodiesel do mundo, ultrapassando a Alemanha.

### **3. CONSERVAÇÃO DE ENERGIA**

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Altino Ventura, apresentou as principais ações desenvolvidas pelo setor energético para conservação de energia.

Informou que após a publicação da Lei de Eficiência Energética, em 2001, foram editadas regulamentações para dezenas de equipamentos, destacando-se: motores elétricos, lâmpadas fluorescentes compactas, refrigeradores, congeladores, fogões e fornos a gás, condicionadores de ar, aquecedores de água a gás, reatores eletromagnéticos e transformadores de distribuição. Destacou que em junho de 2012 foi iniciada a retirada gradativa das lâmpadas incandescentes do mercado, ressaltando que os benefícios energéticos desta medida, nos próximos vinte anos, representarão cerca de 10 TWh/ano, proporcionando uma economia de aproximadamente R\$ 6 bilhões.

Salientou que, em 2014, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL proporcionou uma economia de 10,5 bilhões de quilowatts-hora, correspondendo a 2,2% da energia elétrica consumida no País, e que o Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural – CONPET com iniciativas em vários segmentos, como educação, transporte e eficiência energética em equipamentos, possui um investimento médio anual de cerca de R\$ 10 milhões.

Informou, ainda, que o Programa de Eficiência Energética das Concessionárias de Energia Elétrica – PEE, coordenado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, investiu até 2015, aproximadamente, R\$ 5,70 bilhões, oriundos de investimentos compulsórios de concessionárias de distribuição em eficiência energética, proporcionando uma economia de energia de 9,10 TWh/ano. Salientou, ainda, que mais de 800 mil refrigeradores antigos e obsoletos foram substituídos por modelos novos e eficientes.

Em relação ao Comitê Gestor de Indicadores de Eficiência Energética – CGIEE informou que o comitê atua na definição dos níveis máximos de consumo de energia ou mínimos

de eficiência energética de aparelhos consumidores, bem como nos programas de metas de evolução dos níveis de eficiência a serem alcançados por cada equipamento.

Por fim, o Secretário citou outras ações de eficiência energética e ponderou sobre a necessidade de uma coordenação a nível interministerial sobre as políticas de eficiência.

O Presidente do Conselho, Ministro Eduardo Braga, destacou que os resultados desses programas de eficiência energética evitam a emissão de gás carbônico ao meio ambiente.

Destacou ainda os programas de etiquetagem, que estabelecem padrões de consumo para equipamentos. Como exemplo, citou os compressores de refrigeradores comerciais para mostrar a necessidade de se reorientar as ações de eficiência energética para componentes. Atualmente há cerca de três milhões de expositores refrigerados em bares e outros estabelecimentos comerciais que consomem muita energia. Uma ação que reduza o consumo nesses equipamentos trará benefícios rápidos na racionalização do consumo no setor.

Por fim, o Presidente do Conselho, propôs e todos os conselheiros aprovaram a criação de Comitês Técnicos para debater e opinar sobre matérias específicas, como a eficiência energética. Nesse sentido, foi deliberada a criação desses comitês, que deverão desenvolver seus trabalhos com a participação de representantes de outros ministérios, agentes setoriais e da sociedade civil, quando a matéria analisada lhes disser respeito.

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Romeu Rufino, corroborou com a necessidade da implantação dos Comitês Técnicos e salientou que, atualmente, a destinação dos recursos de eficiência é basicamente para a classe de baixa renda, devendo, contudo, concentrar os esforços na busca por maior eficácia e efetividade na aplicação desses recursos.

A Ministra Izabella Teixeira ressaltou que o Colegiado deve ser propositivo e não reativo, dialogando com a sociedade para saber suas necessidades e orientar a edição de políticas públicas.

O Secretário de Desenvolvimento do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carlos Gadelha, ressaltou a parceria com o Ministério de Minas e Energia em relação à implantação da eficiência em motorização e em equipamentos industriais.

#### **4. LICITAÇÕES**

O Secretário Marco Antonio fez uma apresentação sobre o andamento dos estudos para proposição de leilão de novos blocos exploratórios de petróleo e gás natural, gasodutos e o cronograma de leilões de biodiesel.

Informou que na 29ª Reunião Ordinária do CNPE, foi aprovada a 13ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural, e, em 03 de junho de 2015 foi editada a Resolução CNPE nº 1, autorizando a realização da licitação, em 2015. A Resolução traz a oferta de 266 blocos, em uma área de 125.034 Km<sup>2</sup>, e 11 áreas inativas com acumulações marginais. Ressaltou que o objetivo da licitação é assegurar as atividades exploratórias em bacias maduras, atrair investimentos para a descoberta de novas jazidas em bacias de novas fronteiras, manter a produção no médio e longo prazos a partir da oferta de áreas de elevado potencial e estimular a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção por meio da oferta de campos marginais.

Salientou que a primeira Licitação do Gasoduto de Transporte, no modelo de concessão, prevista para o segundo semestre de 2015, entre os municípios de Itaboraí e Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, que levará o gás produzido nas reservas do Pré-Sal para a

malha de transporte existente, está suspensa, em conformidade com o Acórdão nº 1281/2015 – TCU – Plenário. Informou, ainda, que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e o Ministério de Minas e Energia estão prestando todos os esclarecimentos para o Tribunal para dar continuidade à licitação.

Com relação aos leilões de biodiesel, informou que foi contratado até abril de 2015, o volume de 2.008,6 mil metros cúbicos de biodiesel, com valor total de R\$ 4,21 bilhões, e que o mercado encontra-se abastecido.

O Presidente do Conselho, Ministro Eduardo Braga, comentou que o mundo vem desenvolvendo, neste momento, um esforço na direção de uma matriz energética que é voltada para dois itens da macroeconomia mundial de forma muito intensa: setor de geração de energia elétrica e para indústria de transformação de base, principalmente, petroquímica e siderúrgica. Referindo-se ao gás natural ressaltou que o CNPE deverá debater, do ponto de vista estruturante, a inserção do gás na matriz energética. Salientou que o gás de xisto trouxe uma nova realidade econômica para as indústrias petroquímica e siderúrgica americanas. Por outro lado, disse o Presidente do Conselho, a indústria nacional e o nosso parque de geração de energia ainda tem grandes desafios em função da falta de acesso ao combustível e a uma matriz energética de base fundamental que é o gás. Alertou que o Conselho precisará discutir a questão e, que o Brasil está diante de uma oportunidade que não pode perder de vista. Disse, ainda, que a realização da 13ª rodada mostra uma orientação nesse sentido, e que precisaremos de um tempo para alcançarmos a maturidade da produção de gás no território nacional, com a competitividade que nós precisamos.

O Representante dos Estados e do Distrito Federal, Secretário de Energia do Estado de São Paulo, João Carlos de Souza Meirelles, comentou que o tema gás, faz parte de uma agenda de discussão muito intensa, com praticamente todos os estados brasileiros. Disse que, indiscutivelmente, o gás deve ter ampliada a sua participação na matriz energética e, dessa forma, o Fórum de Secretários, em nome dos Estados da Federação, apoia o esforço do Ministro e do Ministério. Informou que no Estado de São Paulo, a introdução do gás na matriz energética é uma política de governo. Destacou que estão finalizando estudos para implantação de várias termelétricas na Baixada Santista, utilizando, inclusive, compensações ambientais, visando à redução da poluição na região. Ressaltou, ainda, que está sendo introduzida uma geração distribuída no maior complexo hospitalar do País – Hospital das Clínicas, em conjunto com as distribuidoras de gás e de energia elétrica, reduzindo, sensivelmente, o consumo de energia. Por fim, propôs que o Ministério de Minas e Energia realize discussões mais amplas, para a identificação dos gasodutos que seriam mais importantes para a distribuição e o consumo do gás.

O Secretário Marco Antonio informou que o Ministério de Minas e Energia, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, desenvolve o plano de expansão da malha dutoviária, com a participação de todos os estados e, principalmente, de todas as distribuidoras estaduais, mas o Fórum de Secretários seria um parceiro extremamente importante, e a ideia é avaliar as condições e quais os dutos que precisam ser construídos.

O Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata, apresentou os resultados dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica e o cronograma dos próximos leilões.

Informou que foram realizados, em 2015, dois leilões de geração para a contratação de energia elétrica com a outorga de 25 empreendimentos e capacidade de 2.453 MW, com investimentos previstos de R\$ 6,503 bilhões. Salientou que foi realizado um leilão de

transmissão com 905 km de linhas com capacidade de transformação de 4.398 MVA e investimentos na ordem de R\$ 1,3 bilhão.

Para o ano 2015, na área de geração, o Secretário-Executivo informou que está agendada a realização de três leilões de energia de reserva para os meses de julho, agosto e novembro, estando previsto, ainda, para o mês de agosto um leilão A-3 e a ser agendado um A-1. Finalizando, comunicou que, na área de transmissão, está prevista a realização de dois leilões para a outorga da concessão de 15.375 quilômetros de linhas e 26.213 MVA de capacidade de transformação, com investimento previsto de R\$ 21,2 bilhões e, a licitação do 2º Elo HVDC  $\pm 800$  kV da UHE Belo Monte, totalizando 2.878 quilômetros de linhas, e 7.850 MVA de capacidade de transformação, com investimento previsto de R\$ 4,8 bilhões.

## 5. ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, Willamy Frota, ratificou a data da próxima reunião do Conselho, que ocorrerá em 08 de dezembro de 2015, às 10 horas, na sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF.

Na oportunidade, informou o recebimento, em 11 de maio de 2015, do Ofício 0236/2015-TCU/SefidEnergia, que trata do Acórdão 994/2015-TCU-Plenário, que tem por objetivo dar ciência ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE quanto à questão do limite tolerável de risco de déficit de energia estabelecido na Resolução CNPE nº 1/2004. Informou ainda que foi disponibilizada no material entregue cópia desse Acórdão. Por fim, Destacou que o Ministério de Minas e Energia já encaminhou respostas ao TCU, por meio dos Ofícios nº 090/2015-SE-MME, e nº 006/2015-CMSE-MME.

Finalizados os itens da pauta, o Presidente do Conselho concedeu a palavra ao Representante dos Estados e do Distrito Federal, João Carlos de Souza Meirelles, que relatou preocupações apontadas pelos Estados nas reuniões do Fórum de Secretários. Solicitou que fosse consignado que o Fórum esta trazendo a preocupação quanto ao problema do GSF na geração de energia hídrica, ressaltando que é preciso encontrar uma solução definitiva, caso contrário, não conseguiremos estimular os estados e novos investidores. Disse ainda, que outro tema preocupante, é em relação ao preço de alguns insumos, inclusive o do gás. Salientou que alguns estados estão reclamando do preço do gás, citando, o Estado de Minas Gerais, que usa essa fonte energética para o setor siderúrgico; citou que a Petrobras está retirando os descontos e provocando uma elevação do preço, causando problemas para o setor industrial. Por fim, solicitou a possibilidade de o Fórum participar do futuro Comitê Gestor da área de Eficiência Energética.

O Presidente do CNPE salientou que as contribuições são absolutamente bem vindas e, com relação à preocupação com o preço do gás natural, informou que o tema será objeto de reunião com o presidente da Petrobras.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Presidente do CNPE, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes.